



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 140746 - AL (2021/0000214-6)

RELATOR : MINISTRO NEFI CORDEIRO
RECORRENTE : C DA C (PRESO)
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE ALAGOAS
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS

DECISÃO

Cuida-se de recurso em *habeas corpus* com pedido de liminar interposto por C. DA C. contra decisão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS (0803435-20.2020.8.02.0000).

Consta dos autos que o recorrente foi preso preventivamente no dia 18 de setembro de 2018 e denunciado, no dia 8 de outubro de 2018, pela suposta prática da conduta descrita no tipo do art. 217-A do Código Penal, em continuidade delitiva (art. 71 do Código Penal).

Sustenta que está sofrendo constrangimento ilegal em razão do excesso de prazo, pois "parece mesmo ser longe do razoável aceitar que alguém permaneça preso cautelarmente por mais de 02 ANOS E 01 MÊS sem que a instrução processual tenha sido finalizada. Trata-se de evidente afronta aos princípios constitucionais do estado de inocência e da razoável duração do processo, valores caros ao nosso Estado Democrático de Direito" (fl. 476).

Requer, liminarmente, a expedição de alvará de soltura em seu favor e, no mérito, a confirmação da ordem liminar (fl. 481).

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão, porquanto a apreciação do excesso de prazo para a manifestação da instância de origem demanda cuidadoso exame dos autos, o que não se mostra adequado neste momento.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito do recurso, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 06 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente